

Aliados insistem em criticar metas econômicas de Lula

Depois dos radicais do PT, chegou a vez do bloco de apoio levantar dúvidas

NELSON BREVE
DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

BRASÍLIA – O manifesto pela imediata mudança de rumo na economia, lançado pela ala progressista do PT, que agrupa um terço da bancada federal, pode ter desencadeado um efeito cascata nos partidos que integram a base de sustentação do governo Lula. Ontem, o presidente do PPS, Roberto Freire, cobrou uma reflexão do governo sobre a correção de rumo e a ala do PSB comandada pelo ex-governador do Rio Anthony Garotinho decidiu iniciar uma campanha de denúncia do modelo econômico.

Freire disse que a advertência é para ajudar o governo, e não o desgastar. Ele considera que os indicadores econômicos ruins e a cobrança de setores requerem a iniciativa de pressão política para se contrapor à pressão do mercado financeiro.

– O papel de uma base de sustentação do governo não é só votar. É também abrir o debate para tentar corrigir o rumo – afirmou Freire.

Na mesma linha, Garotinho disse querer convocar o povo “à reflexão”, como o PT sempre fez: denunciando o modelo econômico que gera desemprego e aprofunda a concentração de renda.

Para o presidente da Câmara, João Paulo Cunha (PT-SP), a esquerda do PT não escolheu um bom momento para a cobrança. Ele disse ontem

que, apesar de discordar de grande parte do documento, considera legítima a manifestação de opiniões. Mas advertiu aos companheiros que a iniciativa não pode progredir para um movimento de oposição à política econômica do governo.

– Se foi no sentido de ajudar o governo, de colaborar, de querer apresentar alternativas ou outras hipóteses, é muito bem-vindo. O que não dá é começar a confundir essas sugestões, essas propostas, com oposição. Se é oposição tem que ser oposição. Não dá para ser meio oposição – disse João Paulo, observando que a economia não é uma equação simples, que possa ser mudada com o estalar dos dedos.

O presidente da Câmara confirmou ontem que haverá convocação extraordinária do Congresso, em julho, para a discussão das reformas constitucionais. A pauta ainda será negociada com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Uma agenda paralela às reformas está sendo preparada para não dispersar a atenção dos deputados. Em junho, João Paulo espera votar a nova Lei de Falências, o Estatuto do Idoso, o Estatuto da Igualdade Racial, a proposta de emenda constitucional que puni os proprietários de terra onde exista trabalho escravo e um pacote de projetos para combater o crime organizado.